

GUINEENSES E CABO-VERDIANOS NO BRASIL: UM CASO DE ACOMODAÇÃO DIALETAL

Paloma Freire de Queiroz e Silva

Ohana Soara Andrade Santos

Este capítulo baseia-se em duas pesquisas de mestrado sobre contato linguístico entre falantes de língua portuguesa de Guiné-Bissau e Cabo Verde e falantes de português do Brasil. As pesquisas observaram as mudanças linguísticas que decorreram da situação de contato e investigaram quais fatores favorecem ou desfavorecem tais mudanças. Optamos por reunir os dados das duas investigações, em razão das semelhanças que elas apresentam. Além da semelhança dos grupos estudados, ambas utilizam a lateral pós-vocálica como marcador fonológico, o que permite a observação de processos de transferências linguísticas.

Os grupos de falantes observados, embora não idênticos, compartilham aspectos comuns: a pesquisa de Silva (2013) trabalhou com guineenses e caboverdianos em João Pessoa, na Paraíba, ao passo que a pesquisa de Santos (2020) se valeu de guineenses residentes em Redenção, no Ceará. As duas cidades situam-se na região nordeste do Brasil e compartilham semelhanças dialetais.

Os participantes das pesquisas eram estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB). Quanto ao aporte teórico e metodológico, ambas se fundamentaram nos métodos de pesquisa propostos por Labov (2008) e nos estudos de contato linguísticos de Fernández (1998). Foram ainda utilizados conceitos da

Teoria da Acomodação, de Giles *et al.* (1991); de atitudes linguísticas, de Fasold (1984); além dos estudos de Tabouret-Keller (1997) sobre a relação entre língua e identidade e dos estudos de Aníbal Quijano (1992) sobre colonialidade e poder.

Guiné-Bissau tem uma realidade linguística complexa, pois, em uma pequena extensão territorial, coexistem inúmeras variedades de línguas. Seu idioma oficial é a língua portuguesa, embora seja falado por apenas 13% da população (Couto; Embaló, 2010). Por ser o idioma oficial, é utilizado em contextos formais (como escolas, instituições oficiais, jornais), políticos etc. Em situações informais do cotidiano, no entanto, a língua predominante é o crioulo guineense, que se expandiu com a luta pela independência e pela formação da nação.

Além do português e do crioulo guineense, há pelo menos 32 línguas autóctones, que sobreviveram aos violentos processos de colonização (Embaló, 2020). Para se ter uma ideia da diversidade linguística encontrada em Guiné-Bissau, Intumbo (2008) revela que a cada 40 ou 50 km de estrada se encontra uma realidade étnico-linguística diferente. Nesse contexto, o crioulo guineense se consolida como possível língua de unidade nacional, permitindo a comunicação entre os diferentes grupos étnicos.

Cabo Verde, assim como Guiné-Bissau, foi colonizado pelos portugueses, e o idioma oficial é também a língua portuguesa. Embora não goze do status de língua oficial, o crioulo caboverdiano é a língua materna da maior parte da população, representando o papel de língua de identidade nacional. É falado e compreendido por quase a totalidade da população e utilizado na maioria das situações cotidianas. Nesse sentido, Dias (2002) afirma que o crioulo é a língua da oralidade, das famílias e das tradições africanas remanescentes no país, ao passo que a língua portuguesa é utilizada em contextos específicos bem delimitados, como ensino, literatura escrita, em instituições oficiais e na programação da televisão e do rádio. O crioulo caboverdiano e o crioulo guineense compõem o grupo conhecido como crioulos da Alta Guiné, agrupados em razão de terem se originado das mesmas línguas africanas e do português europeu.

A língua crioula⁷ é característica de processos de colonização, pois surge do contato entre as línguas do povo colonizador e do povo colonizado. Quando há a coexistência de duas línguas em uma mesma comunidade, a situação é chamada

⁷ A primeira forma da língua crioula chama-se *pidgin*. Trata-se de uma língua gramática e fonologicamente simplificada que possui o léxico da língua do povo dominante e a gramática e a fonologia da língua do povo dominado. Quando essa língua se estabiliza e nasce uma geração que a tem como língua materna, passa a ser chamada de *crioulo*.

de diglossia⁸. Tanto em Guiné-Bissau quanto em Cabo Verde, o português é a variedade de prestígio e o crioulo, a variedade regional. Cabe lembrar que tal situação decorre de relações de dominação e poder, resultantes de violentos processos de colonização.

Os guineenses e caboverdianos que foram entrevistados nas pesquisas são bilíngues, pois dominam a língua portuguesa e o crioulo, sendo a variedade do português que falam semelhante ao português europeu. Entre as várias diferenças observáveis entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB), sejam elas fonológicas, lexicais ou sintáticas, a lateral pós-vocálica destaca-se como uma das mais marcantes, ocorrendo em palavras como “sal”, “almoço” e “Brasil”. No PB, é produzida quase que absolutamente de maneira vocalizada, realizada como a semivogal [w], de modo que palavras como “mau” e “mal” são pronunciadas da mesma forma. Já no PE, a produção da lateral em contexto de coda silábica é velarizada [ɫ].

Esse traço distintivo entre as duas variedades da língua é fecundo para pesquisas de contato linguístico, pois, além de ocorrer com alta frequência em qualquer discurso, é fácil de ser observado e registrado. Assim, escolhemos essa a marcação linguística de diferença para observar como se dão as alterações na língua dos falantes guineenses e caboverdianos quando migram para o Brasil.

1. DIALETOS EM CONTATO E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Para a concretização das pesquisas, utilizamos o método laboviano de investigação. A sociolinguística quantitativa, inaugurada por Labov, em 1972, busca compreender o que há por trás das variações linguísticas, ou seja, quais causas, sejam elas internas à estrutura da língua ou externas (sociais), desencadeiam as transformações que observamos acontecer nas línguas vivas. Labov argumenta que essas variações não são meras obras do acaso e que é possível sistematizar os fatores que as causam. Não é fácil, no entanto, concretizar essa sistematização dentro de parâmetros científicos. Além da sociolinguística quantitativa, ele propõe um instrumento de coleta de dados padronizado e uma metodologia de pesquisa para analisar a variação.

O instrumento de coleta de dados típico da Sociolinguística Quantitativa é a entrevista sociolinguística, em que o pesquisador procura estimular no entrevistado

⁸ Segundo Fernández (1998), há uma variedade superposta “high”/“alta”, chamada H, e uma variedade regional “low”/“baixa”, conhecida por L. Em regra, H desfruta de maior prestígio e é utilizada em contextos mais formais, ao passo que L é a variedade dotada de menor prestígio, sendo utilizada coloquialmente, nas mais diversas situações do cotidiano e na cultura em geral.

narrativas de experiências pessoais, pois, ao descrevê-las, o entrevistado tende a apresentar uma carga emocional que o deixa menos monitorado em relação à fala. Os tópicos podem ser os mais variados, como sonhos, futuro, namoro, infância, medo, família, trabalho etc., e deverão ser adaptados à realidade da comunidade estudada. Labov acreditava que, dessa forma, o entrevistado seria envolvido por emoções vividas em sua própria trajetória e deixaria de se atentar para a forma como está falando.

Após a coleta de dados, Labov propõe que se verifiquem possíveis correlações entre as variantes linguísticas identificadas e as categorias sociais estratificadas, como idade, gênero, região, escolaridade etc. Dessa maneira, é possível observar os fatores que favorecem ou desfavorecem cada variante, conferindo sistematicidade ao aparente caos linguístico que constitui a variação.

Assim como Labov, Trudgil (1986), em seu livro intitulado *Dialects in Contact*, procurou estudar mudanças linguísticas que ocorrem na fala. Seu foco, no entanto, foram as mudanças que ocorrem em decorrência do contato de dialetos. O autor analisou diversas situações de contato dialetal descritas na literatura e propôs generalizações a partir delas. Ele estava interessado em saber como e por que variedades linguísticas podem se influenciar mutuamente.

Assim, essa linha de investigação busca prever, com razoável precisão, o que irá acontecer quando um dialeto falado por um povo com determinadas características demográficas, culturais e linguísticas entrar em contato com outro que apresenta características diferentes. Sabe-se que, por se tratar de variáveis humanas, uma previsão exata é impossível de ser alcançada, uma vez que o comportamento humano envolve sempre a dimensão da liberdade. No entanto, isso não significa que a busca por regularidades e sistematizações do conhecimento não possa ser tentada, mesmo sendo sempre aproximativas.

Segundo o autor, em situações de contato, itens de uma variedade são transferidos para outra língua ou dialeto, sem necessariamente haver um propósito comunicativo, ocorrendo o que ele chama de interferência. Não se sabe ao certo as razões dessa interferência, porém podemos encontrar na teoria da acomodação de Giles *et al.* (1991) algumas explicações. Essa teoria destaca a importância do interlocutor no processo de variação ao dizer que o falante faz ajustes linguísticos quando interage com um interlocutor de um dialeto diferente. Nesse sentido, ela chama a atenção para a relação com o interlocutor e para a relação entre as próprias variedades linguísticas, como relações de prestígio e estigma, questões de identificação cultural, atitudes linguísticas etc.

Em uma situação de contato dialetal, há duas direções básicas que um falante pode seguir ao ajustar sua fala: convergência ou divergência. Esses ajustes podem ser provocados por motivações de natureza diversa, como desejo de aprovação ou interesse em marcar diferenças culturais. A convergência é definida por Giles *et al.* (1991) como sendo uma estratégia em que indivíduos se adaptam ao comportamento comunicativo de outros, em termos de características não verbais, prosódicas e linguísticas, incluindo velocidade de fala, fenômeno da pausa e comprimento da frase oral, variantes fonológicas, sorriso, olhar etc. O falante aproxima sua expressão oral na direção do interlocutor, a fim de receber sua aprovação.

A divergência, por sua vez, é o termo utilizado para se referir à forma pela qual os falantes acentuam as diferenças verbais e não verbais da sua forma de falar em relação aos interlocutores. Os falantes reforçam traços de seus dialetos de origem, marcando com mais força as diferenças linguísticas com os interlocutores. Há ainda os casos de não convergência, em que o falante não muda sua forma de falar na presença de outros, mantendo sua identidade linguística sem reforçar seus traços mais característicos.

Os processos de convergência e divergência são complexos, pois tanto podem se dar na direção da variedade que goza de mais prestígio ou da variedade estigmatizada, menos valorizada socialmente, não padrão. Em um processo de convergência, o falante não irá necessariamente convergir em todas as variáveis e níveis de que dispõe. Além disso, um mesmo falante pode convergir em alguns aspectos da língua e divergir em outros.

Uma importante motivação para o processo de convergência é o desejo de integração social ou identificação com outros indivíduos, o que reflete, de um modo geral, desejo de aprovação, geralmente associado à descoberta de semelhanças entre indivíduos. No caso da divergência, a motivação também pode ser uma busca por identificação, porém, nesse caso, com um grupo de referência externo à situação interacional, a fim de demonstrar uma identidade social positiva associada àquele grupo.

Giles *et al.* (1991) afirmam ainda que a variável “poder” tem se mostrado como uma das mais relevantes influenciadoras desse processo. Por exemplo, existe uma tendência maior de convergência para colegas de trabalho que ocupam posições superiores do que inferiores; vendedores acomodam mais na direção dos clientes do que o contrário; migrantes tendem a acomodar mais na direção de etnias historicamente favorecidas; entre outras situações semelhantes que são marcadas por hierarquias. A partir desses estudos, percebeu-se que não apenas

o desejo de aprovação e a integração social motivam a acomodação dialetal, mas finalidades instrumentais também podem ser fortes catalisadoras da acomodação.

A língua, para além da dimensão comunicativa, reflete questões identitárias, visto que, por meio dela, podemos demarcar identidades com as quais desejamos nos associar ou da quais queremos nos distanciar. É por meio dela também que reconhecemos o outro como diferente e identificamos o semelhante. A relação entre língua e identidade é tão forte que a pronúncia de um mero fonema pode ser suficiente para identificar alguém como membro de um determinado grupo social (Tabouret-Keller, 1997).

A identidade de um indivíduo é um processo de construção contínuo e interminável ao longo da vida, redefinindo-se de acordo com relações sociais (que podem ser históricas, institucionais, econômicas), com a diversidade de interações sociais, de encontros e desejos subjetivos. Identificação é o processo psicológico pelo qual as várias identidades se constroem e se reconstroem continuamente. Cada pessoa explora diferentes camadas de identidades, algumas das quais são fluidas e propensas a mudanças e substituições, enquanto outras se conservam mais permanentes ao longo da vida. Nós somos identificados e nos identificamos de acordo com diferentes grupos dos quais fazemos parte, sejam de cunho institucional, profissional, de amizades etc. Até mesmo a apropriação de nossa casa, escritório, carro e vestuário se incorpora a nossas identidades.

Tabouret-Keller (1997) diz ainda que por meio da língua é possível articular as identidades individuais e sociais. A língua oficial de um país pode simbolizar a nação e afirmar-se como um dos elementos centrais de identificação de um povo, fortalecendo a unidade nacional. Os modernos estados-nações, que hoje ocupam a maior parte do território mundial, intervêm na idealizada união da língua e da identidade por meio de várias maneiras: pela definição de uma língua oficial; pelo controle da língua utilizada no ensino formal, na lei, na justiça etc. Essa unidade linguística idealizada não corresponde inteiramente à realidade cultural, havendo em muitos casos grupos populacionais bilíngues ou que falam uma língua diferente da considerada oficial de seus países. O uso de línguas não oficiais pode expressar escolhas políticas, identidades familiares e outros aspectos. Em algumas situações de contato dialetal, pode levar a sentimentos de inferioridade, discriminação ou exclusão em relação ao grupo dominante, mas também, no sentido contrário, a sentimentos de familiaridade, reconhecimento e cumplicidade entre aqueles que compartilham a língua.

Com relação à dimensão individual do falante, os atos de fala refletem as projeções sociais com as quais o indivíduo deseja se identificar ou se distinguir.

Atos de fala são atos de projeção, por meio dos quais um falante projeta seu universo interno e, implicitamente, convida os outros para compartilharem esse universo também, na medida em que eles reconhecem essa língua como uma simbolização acurada do mundo. Enfatizando a dimensão cultural, Tabouret-Keller (1997) diz que só é possível essa interação (identificação/distinção) entre A e B (indivíduos) quando uma cultura C é compartilhada por eles.

As identidades nacionais estão sempre se reconfigurando, com as constantes mudanças nas relações internas e internacionais. Em um cenário de globalização, as fronteiras se redefinem e as identidades nacionais se refazem; novos conflitos emergem e questões relativas a situações coloniais e decoloniais interferem nos desenhos identitários e nas relações de poder que se colocam. Elas interferem nos encontros entre falantes de distintas nacionalidades e são relevantes para entender variações linguísticas em situações de encontro.

Nesse contexto, a análise das atitudes linguísticas pode fornecer pistas para compreender como se dão os processos de acomodação. Atitudes linguísticas podem ser definidas como sendo as impressões valorativas que um indivíduo tem a respeito de determinada língua; por exemplo, se ele a julga bonita, feia, rica, pobre, doce, desagradável etc. Alguns estudos sobre atitudes estendem esse conceito para as impressões que um indivíduo tem acerca dos falantes de determinada língua.

Segundo Fasold (1984), os métodos para investigar atitudes linguísticas podem ser diretos ou indiretos. É direto quando o entrevistado é questionado explicitamente sobre o que pensa a respeito da língua investigada; e é indireto quando essa apreciação sobre a língua é obtida sem que o falante saiba que é este o objetivo da questão. Nas pesquisas que aqui se apresentam, utilizamos o método indireto, valendo-nos da própria entrevista sociolinguística para apreender as atitudes dos entrevistados, mas sem mencionar explicitamente o objetivo da pesquisa para eles.

Com o fim de observar o grau de acomodação dialetal entre os entrevistados, monitoramos as ocorrências da lateral pós-vocálica em suas falas, identificando se eram produzidas de forma velarizada, vocalizada ou apagada. Os resultados da pesquisa de Silva (2013) apontam que, entre todos os entrevistados, 64% das ocorrências de lateral pós-vocálica foram realizadas de maneira velarizada, 29%, vocalizadas (como no PB), e, em 7% dos casos, houve apagamento do fonema. Já na pesquisa de Santos (2020), houve 90% de manutenção do traço de origem característico, contra apenas 10% de vocalização ou apagamento. A principal diferença entre os grupos analisados é que a pesquisa de Santos (2020) trabalhou apenas com guineenses, ao passo que a pesquisa de Silva (2013) trabalhou com guineenses e caboverdianos.

Entre as variáveis analisadas na pesquisa de Silva (2013), o país de origem se revelou a mais relevante no processo de acomodação. Os caboverdianos acomodaram um peso relativo de 0,84 contra apenas 0,21 entre os guineenses, o que explica as diferenças percentuais entre os resultados gerais das duas pesquisas. A partir desses números, buscamos entender quais fatores poderiam ajudar a explicar por que os guineenses são mais inclinados a manter a lateral velarizada, enquanto os caboverdianos são mais sensíveis a adotar a vocalização, traço característico da variedade brasileira. Para tanto, consideramos os seguintes elementos: 1) as histórias dos dois países, sobretudo seus processos de colonização e de construção de identidade nacional; e 2) as apreciações que os entrevistados fizeram a respeito dos países e suas respectivas variedades linguísticas, isto é, as atitudes linguísticas.

2. PAÍS DE ORIGEM E IDENTIDADE NACIONAL

A formação nacional de Cabo Verde e Guiné Bissau se deu de modos muito diferentes. Cabo Verde é um conjunto de ilhas vulcânicas, localizadas na África Ocidental, de clima árido e solo pobre em matéria orgânica. Embora não fosse rico em recursos naturais, possuía localização geográfica privilegiada para a época, pois se situa entre os três principais continentes que participavam do comércio de pessoas escravizadas: América, África e Europa.

Acredita-se que Cabo Verde não era habitado antes da chegada dos portugueses no século XV. Então, para estabelecer um ponto estratégico de comércio de pessoas, a Coroa Portuguesa estimulou a migração de portugueses para o arquipélago, por meio de doação de terras e títulos. Cabo Verde se torna, então, centro de administração colonial no Continente Africano. Além dos portugueses, africanos de diversas etnias foram levados para trabalhar no país, sobretudo no comércio de pessoas. Isto é, havia aqueles levados para trabalhar e se estabelecer na ilha, e aqueles levados em trânsito, com destino à América ou à Europa.

Assim, houve um processo de miscigenação entre os portugueses e os africanos estabelecidos em Cabo Verde que marcou fortemente o processo de construção da identidade nacional do país, pois eles passaram a se enxergar como um povo mestiço e, por essa razão, por estarem mais próximos do grupo dominante, sentiam-se em situação de superioridade quando comparados com outros habitantes da África Continental (Mourão, 2006). Além disso, os caboverdianos passaram a assumir funções administrativas da colônia, não apenas em Cabo Verde, mas também na região continental, tornando-se substitutos dos colonizadores portugueses no continente africano, o que fortalecia tal sentimento. Alguns autores afirmam que os caboverdianos construíram uma identidade mais aproximada dos portugueses

e mais distante dos africanos continentais (Mourão, 2006). Porém, essa orientação se transforma em outros momentos, como foi o caso da luta pela independência nacional, em que caboverdianos e guineenses formaram um único partido político, sob a liderança de Amílcar Cabral, e enfrentaram conjuntamente a dominação portuguesa, fortalecendo o compartilhamento de uma identidade africana comum.

Por outro lado, o território hoje conhecido como Guiné-Bissau era habitado por diversas etnias quando houve a invasão portuguesa, em 1456. Não houve uma política de ocupação do território por parte dos portugueses, sendo a região utilizada principalmente para capturar pessoas e escravizá-las. A presença dos colonizadores foi mais forte na região litorânea, com o estabelecimento de pontos de comércio, restando um pouco mais preservados os povos que habitavam o interior do território guineense, o que contribuiu para a sobrevivência de suas culturas e línguas. Há cerca de 32 línguas autóctones no país ainda hoje, segundo Embaló (2020).

A sobrevivência das línguas originárias, sobretudo em contextos politicamente desfavoráveis, pode indicar um processo de afirmação cultural desses povos, que pode ser relacionado a processos de identificação social enquanto comunidades de fala. Vale ainda destacar que Guiné-Bissau foi o primeiro país lusófono do continente africano a conquistar a independência nacional, após 11 anos de luta armada.

3. ATITUDES LINGUÍSTICAS

Os aspectos históricos por si só são insuficientes para compreender as motivações que envolvem o processo de acomodação dialetal, o qual abrange ainda questões políticas, situacionais, subjetivas, entre outras. As apreciações que cada falante faz a respeito de sua língua originária e de migração podem trazer mais elementos para nos aproximarmos da questão e melhor compreendê-la. Por essa razão, acrescentamos nas entrevistas um módulo chamado “língua”, em que os sujeitos eram questionados especificamente sobre o que pensavam acerca das variedades com que tinham contato, sem saber que era este um dos objetivos da pesquisa. As respostas às perguntas que solicitavam comparações entre as variedades foram especialmente ricas para a pesquisa, pois nelas eles deixavam explícitas suas valorações diferenciais e os critérios a partir dos quais elaboravam hierarquias.

Nesse caso, percebemos que guineenses e caboverdianos ressaltaram aspectos diferentes relacionados à língua portuguesa. Os caboverdianos destacaram a preocupação que sentem com falar e escrever de acordo com a norma padrão; para eles, o português “padrão” é o português de Portugal, também identificado

como “o português correto”, e do qual não pretendiam se distanciar. Por sua vez, os guineenses destacaram aspectos relacionados à colonização e à dominação linguística, demonstrando estarem atentos para as relações de poder que perpassam as transferências linguísticas. Destacamos trechos de algumas entrevistas que consideramos que podem ajudar na compreensão do fenômeno. Para fins de apresentação neste capítulo, foram selecionadas as falas que apresentaram discursos mais pertinentes quanto às questões de identidade nacional.

A fala de Miguel⁹, reproduzida a seguir, revela ter havido uma postura de resistência linguística por parte dos guineenses mais velhos, sobretudo do interior do país, ao aprendizado de língua portuguesa, pois, para eles, falar português seria um meio de “se tornar escravo e dependente dos brancos”. O entrevistado é guineense, estava há oito anos no Brasil e acomodou a um percentual de 40%.

– As pessoas mais velhas lá falam português? Como é?

– Não, na verdade, as pessoas mais velhas, tem alguns grupos que falam português, tem outros que não falam português, devido ao problema de colonização e coisas do tipo, que a imagem que Portugal mostrava pra sociedade guineense que não era muito bom. Muitas pessoas, por exemplo, nos interiores eles não importavam falar português. **Porque na altura eles achavam que se você falava português, você tornava, por exemplo, escravo, assim, tornava dependente dos brancos**, porque ele ia ter que ir comunicar com os outros povos nativos. Então, eles não importavam falar português. **É seguinte: maioria das pessoas não fala português, tem algumas pessoas que tavam em Guiné, em Bissau, capital, juntamente convivendo com os portugueses, eles falam português, mas os outros de interior, assim, não importava do português, era só crioulo e dialeto.**

(Miguel, guineense)

Por outro lado, mas confirmando o relato anterior, Afonso, também guineense, disse que o avô, ao ser contratado pelos portugueses para trabalhar na fundação do Palácio da República, recebeu um nome português e teve que deixar de usar seu nome tradicional. O nome português passou a ser o nome da família, sendo também utilizado por seus descendentes.

– Seus avós falam português ou só crioulo?

– Não. O meu avô fala, fala, falam, mas só que não escrevem, né? Nesse caso, são analfabetos, mas falam a língua portuguesa por causa da época colonial. **Inclusive, o Palácio da República, o meu avô falou que trabalhou lá, fez a fundação do Palácio da República, trabalhou lá, e aí.. foi aí que recebeu esse nome de Ribeiro Mendes¹⁰, né?** Porque já era para trabalhar, né? Você chega, quando chega para trabalhar, arranja trabalho, emprego com {inint} português, qualquer {inint} português

⁹ Todos os nomes próprios são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

¹⁰ O nome foi alterado para preservar a identidade do entrevistado.

da época, chega e **você já vem com nome tradicional, aí chega, aí nome tal, fulano, eles olham, tal fulano, né? Agora você vai ser chamado por assim. Agora o seu nome é esse. O outro não existe aqui. Aí você sai com seu nome.**

(Afonso, guineense)

O nome próprio se inscreve em uma lógica familiar, étnica e cultural e, nesse sentido, incorpora-se à identidade da pessoa, sendo parte de seu capital simbólico. Esse novo nome, imposto por pessoa que ocupa posição de poder e é estranha a sua família e comunidade, sugere simbolicamente a morte de um sujeito e o nascimento de outro. Morre alguém inserido em uma comunidade tradicional, com história própria, e nasce um indivíduo desenraizado, anônimo e isolado, um trabalhador português, desprovido de direitos, inclusive ao uso do próprio nome.

Os dois casos relatados sobre o uso da língua portuguesa no período colonial em Guiné-Bissau demonstram a violência praticada pelo português colonizador. Cabe lembrar que os relatos são de memória relativamente recente, cerca de duas gerações para trás, e ainda estão vivas nas falas dos entrevistados. Os relatos nos revelam que a língua pode ser instrumento de dominação e, no sentido oposto, de resistência. Nota-se, assim, que a violência mediada pelo uso da língua portuguesa era percebida pelos colonizados, que, em alguns casos, manifestavam rejeição ao aprendizado do português.

É possível que essa atitude de resistência transmitida pelos antepassados se manifeste ainda hoje em uma certa recusa ao processo de acomodação no contato com outras línguas e culturas, sendo uma forma de afirmação de identidade e cultura próprias. Essa estreita relação entre língua e identidade foi tematizada por um entrevistado guineense, que, sem ter sido questionado especificamente sobre o assunto, comentou:

– E o que que você acha do falar, da forma que o paraibano fala?

– Bem, eu acho que.. o que eu costumo dizer, como costumo dizer com meus outros conterrâneos que são angolanos, porque eles falam português totalmente diferente da gente. Então, **pra mim aquilo se transforma na identidade que eles criaram, basta ouvir uma pessoa, um angolano falar, você já percebe, nós que já o conhecemos, a gente já certifica que esse aqui é angolano, jeito de falar... mas os paraibanos também, quando eles falam, eles têm a identidade deles, quando eles falam, você percebe que esse aqui é paraibano, cria identidade, sofre várias influências, é... cultura daqui mesmo da Paraíba, então essa língua sofre essa influência, né? E convivência também, então pra mim é português normal e penso que é identidade própria e você identifica esse povo.. pra mim é tranquilo.**

(Miguel, guineense)

É interessante observar que ele utilizou a expressão “português normal” para falar da variedade paraibana, sem colocá-la em posição inferior à variedade de

Portugal, por exemplo. Destacamos esse trecho, pois, mais adiante, veremos que os entrevistados caboverdianos fizeram essa hierarquização. O mesmo entrevistado, quando questionado se falava outra língua além do português, após enumerar algumas línguas estrangeiras que já havia estudado, enfatizou que adora falar crioulo, o que demonstra uma atitude de valorização e uma relação de afeto com sua língua originária:

– Você fala alguma outra língua além do português?

– Ah, eu... sabe como é, né? Com internet, tecnologia, YouTube, você pode falar todas as línguas, sabe como é? Eu tento me esforçar falando inglês, ‘do you speak English?... but’, eu de vez em quando tento falar francês: ‘ne parle pas français très bien?’ e.. e eu.. português eu não falo bem, mas eu me esforço pra falar, como você tá escutando. **E crioulo que eu adoro falar, eu amo falar crioulo, {fala em crioulo}, o que eu acabei de dizer: ‘é por isso que eu falei crioulo’.**

(Miguel, guineense)

Bagno (2012) diz que “a língua materna é precisamente a língua da mãe, a língua que cada pessoa começa a adquirir tão logo nasce e cria o vínculo afetivo-linguístico com a mãe”, ao passo que “a língua paterna é a língua da Lei, sempre associada à figura do pai, inclusive nos postulados da psicanálise freudiana.”(p. 100). Nesse sentido, a relação de afeto de Miguel com o crioulo também se revela quando descreve o uso linguístico no seu cotidiano familiar, em que diz que o crioulo era predominantemente utilizado pela mãe, figura geralmente associada a cuidado, carinho e acolhimento, enquanto o português era utilizado pelo pai quando brigava com os filhos, sendo, portanto, retratado como a língua utilizada para definir regras, impor formas de comportamento e impor a lei.

– Na sua casa então seus pais falam português?

De vez em quando. É, de vez em quando, meu pai fala mais português... de vez em quando fala português com a gente e fala crioulo também com a gente, **mas se ele começasse a brigar ele falava mais português. Brigava mais em português que em crioulo, então, ele falava mais português.** E a minha mãe, a minha mãe fala crioulo, de vez em quando fala português, fala crioulo, e acabou.

(Miguel, guineense)

Além dos aspectos relacionados à língua, cabe observar quais relações os entrevistados têm com seus países. Afonso, quando questionado sobre como se imaginava em 20 anos, disse que seu sonho era ser Presidente da República de Guiné-Bissau. Tal declaração demonstra que ele preserva um vínculo forte com seu país, desejando contribuir com seu desenvolvimento de maneira pessoal. Essa projeção futura que ele alimenta também pode influenciar sua abertura ou

fechamento para novas formas de falar. O entrevistado estava há um ano no Brasil e apresentou grau de acomodação de apenas 4%.

– Como você se imagina daqui a 20 anos?

– Talvez daqui a 20 anos... é o meu sonho, que eu sempre falo na brincadeira, noutras coisas, né? É... **daqui a 20 anos Presidente da República**. Daqui a 20 anos Presidente da República. Sempre eu falo isso, mesmo brincando, no colégio assim, eu falo assim.. tipo, nas apresentações, ah, isso e isso, e tudo, “ah, esqueci uma coisa: **futuro Presidente da República!**” mas, é o meu sonho, que eu falo na brincadeira, as pessoas ficam brincando, mas é meu sonho. Eu acho que sou muito ligado à política, eu gosto muito da política, acho que esse é o meu caminho.

(Afonso, guineense)

Quanto ao modo como eles enxergam o grau de acomodação entre pessoas de outros países, foi interessante observar que Martim demonstrou perceber que os caboverdianos são mais inclinados a acomodarem à variedade brasileira do que os guineenses, como indica o trecho a seguir. Na ocasião, ele foi questionado sobre se os amigos africanos haviam mudado a pronúncia da lateral pós-vocálica durante a residência no Brasil¹¹. O entrevistado é guineense, estava há 6 anos no Brasil e acomodou a um percentual de 5%.

– E você acha que outros amigos seus da África perderam esse ‘l’?

– Perderam, muitos perderam. **Normalmente, guineense perde menos, mas muitos já tão perdendo.**

– Quais perderam mais?

– (...) Países francófonos, por exemplo, eles falam porque aprenderam português aqui. É mais fácil pegar do que para nós que somos...

– Então todos que são lusófonos você acha que não pega?

– Todos não. **Porque tem, por exemplo, alguns caboverdianos pegam. E gostam de usar assim, muito mais abraileirado.**

(Martim, guineense)

Com relação aos entrevistados de Cabo Verde, foi possível observar que estes manifestam preocupação em falar o que consideram a língua padrão, que associam à variedade do português europeu. Eles utilizam expressões como “correto”, “padrão”, “conhecido no mundo todo” para caracterizá-la e expressam intenção de preservar essa variedade, em detrimento da brasileira. No entanto, observou-se que os caboverdianos acomodaram em graus mais elevados do que os guineenses, distanciando-se do que consideram o português padrão.

¹¹ Esta pergunta foi feita a todos os entrevistados ao final da entrevista, quando eram informados sobre o tema específico da pesquisa.

Cabo Verde é um país mais miscigenado e com mais influência portuguesa. No período colonial, funcionou como sede administrativa de Portugal na África, ocupando posição de poder frente aos grupos africanos continentais. Essa hierarquização que marcou a história do país parece se refletir ainda hoje nas apreciações que os entrevistados fazem sobre as variedades linguísticas analisadas, sugerindo uma interiorização das hierarquias do colonizador dominante. Diogo, quando compara as variedades de crioulo de Cabo Verde, escolhe os adjetivos “bonito” e “suave” para caracterizar o crioulo que sofreu mais influência do português europeu do que das línguas africanas.

– Posso fazer assim: por ilha. Eu acho que tem uma ilha que é a Ilha de São Vicente, que é a ilha do meu amigo que não tá aqui, que mora comigo, eu acho que ele, que **a ilha dele fala um crioulo mais assim, muito mais bonito, muito mais ligado ao português** e... e pra vocês mesmo que não sabem falar crioulo, vocês entendem esse crioulo muito mais rápido que, por exemplo, se fosse um crioulo da ilha dele ou da minha ilha. Então, é... **o crioulo da ilha dele vocês entendem muito mais rápido, é mais ligado ao português e é muito mais um crioulo mais suave, assim.** Tem palavras mais ligadas ao português mais simples assim, ou seja, **sofreu influências acredito europeias mais do que influências africanas, já nas outras ilhas como a minha, sofreu influências mais, em termos de língua, que foi influência mais africana de que europeia.**

(Diogo, caboverdiano)

Diogo afirma ainda que o português do Brasil não é o correto, porque não é o padrão. O padrão é o português de Portugal, sendo a variedade que ele prefere manter.

– Mas é assim, **não é que eu to, é..., rebaixando o português de vocês**, mas é assim: eu tento não usar esses {init}, porque eu sei que **o português de Portugal é um português padrão**, um português assim **conhecido no mundo todo**, diferente do português do Brasil, que é aqui no Brasil.

– Mas você acha que não é correto por quê?

– **Com certeza que não é correto. O português é o português aquele que é o padrão. Então, nós devemos seguir o padrão** porque...

(...)

– Como eu sou de Cabo Verde, **Cabo Verde é mais ligado a Portugal, o português de Cabo Verde é mais ligado ao português do Portugal**, então, eu pretendo voltar pra lá? Então, eu tento manter esse modo de falar para chegar lá não ter tanto problema assim.

(Diogo, caboverdiano)

Ao discorrer sobre o português falado pelos idosos, os entrevistados caboverdianos destacam que eles falam uma variedade de português mais correta do

que os jovens, pois, na época em que foram escolarizados, a gramática era mais valorizada nas escolas. Observamos que, de fato, entre os caboverdianos entrevistados, parece haver uma ideia bem construída de que existe uma variedade padrão, correta.

– **As pessoas, por exemplo, em Cabo Verde, por exemplo, antigamente, nas escolas, dava-se muita importância à língua portuguesa, entendeu? Então, quem estudou antigamente fala um português bem melhor de que jovens, entendeu? Aí você a importância que eles dão à língua, à gramática. É diferente de hoje.**

(José, caboverdiano)

- **As pessoas idosas falam português assim, mais padronizado, mais corretamente, e nós já não seguimos esse padrão. Às vezes nós falamos da maneira que nós dizemos aí {inint}. Mas eu sei que isso não é não é não é correto, né?** Mas no meu ponto de vista eu acho que isso tá acontecendo, principalmente comigo, com os meus amigos, assim. Acho que não seguimos o padrão assim, mas...

(Diogo, caboverdiano)

Entre os guineenses, não houve apreciação nesse sentido. Apenas Afonso utilizou o termo “pura” para falar da variedade de Portugal, mas não fez uma valoração expressa sobre se considerava isso como algo positivo ou negativo. É curioso destacar que a história familiar do entrevistado tem marcas da colonização linguística, a exemplo do caso de seu avô que recebeu um nome português ao começar a trabalhar na construção do Palácio da República. Acredita-se que uma investigação posterior, mais aprofundada, com o intuito de compreender melhor as histórias familiares de cada entrevistado e como eles interpretam o que viveram seus antepassados, poderia trazer mais elementos para a compreensão do fenômeno da acomodação linguística.

– É.. e você acha que fala português da mesma forma que você falava antes de vir pra cá?

– Acho que não. Agora não. Não.

– Que diferenças você nota?

–Eu acho... acabo utilizando... agora eu nem sei avaliar o meu português. Se eu tô falando um português de antes que eu falava, tipo **um português que eu falava d’antes, que é um pouco puro, né? Tipo, português mais ligado ao de Portugal,** e agora um português... eu não sei diferenciar agora. Sei não.

(Afonso, guineense)

Em alguns casos apontados anteriormente, é possível falar em interiorização dos valores do colonizador, fenômeno que pode ser compreendido com auxílio da expressão *colonização do imaginário*, desenvolvida por Anibal Quijano (1992), ao

analisar o processo de colonização e seus efeitos culturais após a independência política das ex-colônias. A *colonização do imaginário* é assim caracterizada:

uma sistemática repressão não apenas de crenças específicas, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos que não serviram para a dominação colonial global. A repressão recaiu sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens, sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual. Foi seguida pela imposição do uso dos próprios padrões de expressão dos dominantes, assim como de suas crenças e imagens referidas ao sobrenatural, as quais serviram não somente para impedir a produção cultural dos dominantes, mas também como meios muito eficazes de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática. (Quijano, p. 12, 1992)

A função da língua parece ser pensada de modo diferente para os dois grupos: um guineense mencionou que havia recusa ao aprendizado da língua portuguesa por parte de seus antepassados, enxergando-a como meio de resistência ao processo de dominação e exploração. Nesse sentido, a língua representa uma marca identitária forte, expressando um sentimento de pertencimento a uma comunidade, a sua comunidade de origem diante da violência do colonizador. Essa atitude pode ser vista como emblemática das atitudes dos guineenses, visto que os demais entrevistados do país também manifestaram algum sentimento semelhante. Já para os caboverdianos, a função de língua seria mais associada aos processos de educação formal, gramatical e à valorização da cultura de elite, sendo tais valores, com origens coloniais, incorporados aos caboverdianos como patrimônio próprio.

Entre os caboverdianos, observamos ainda um sentido mais instrumental no uso da língua, que pode estar atualmente associado a questões situacionais, em que se modula o estilo de fala em razão das circunstâncias. Nessa perspectiva, Valter, caboverdiano, descreve que há uma variedade mais adequada para cada contexto, dizendo que no Brasil prefere a variedade brasileira, porém, quando voltar para trabalhar em Cabo Verde, vai precisar da variedade europeia, demonstrando consciência da modulação de estilo.

– Tem alguma das duas que tu ache mais bonita, assim, a variedade de Portugal, de outro país, ou a nossa?

– É... **eu adoro a língua brasileira, mas do sul (risos)**. Não é que eu não goste da daqui, eu gosto, mas eu gosto mais assim do 'txi'. **Eu acho uma malandragem, assim, muito bonita. Eu adoro!** Mas, porém, por exemplo, **eu tento também não perder o português..** sendo também já tá perto, né? Já perdi um bom bocado, né? **O português mesmo que eu aprendi. Só <inint> quando eu voltar pro meu país pra trabalhar, eu vou precisar muito desse português bem... é, digamos assim, bem falado quer dizer, assim, bem pronunciado.** Aí eu acho que se perguntar assim: 'tu

prefere um ou outro? Qual?’ Aqui eu prefiro logo o... logicamente esse aqui, mas lá eu prefiro o outro.

(Valter, caboverdiano)

No trecho anterior, observamos ainda que, quando o entrevistado compara as variedades regionais do português brasileiro entre si, reproduz hierarquias próprias do processo de dominação e poder, associando as variedades do Sul-Sudeste a conceitos mais positivos quando comparados com o Nordeste. Outros entrevistados caboverdianos fizeram hierarquizações nesse sentido, como podemos observar nos trechos a seguir.

– E o que que você pensa do falar do paraibano?

– Olha, **eu acho que fala do paraibano é um pouco mais desligada aí do português de Portugal. Acredito que o falar das pessoas do Brasil lá do Sul é mais correto do que aqui.** Aqui... apesar de ainda lá ser mais interior ainda, muito mais diferente ainda, mas aqui no João Pessoa é... eu posso dizer assim que o português dele já é muito mais ainda ruim do que... não é que é ruim, né? Ok, não é ruim. Mas assim, **é mais assim num nível mais baixo ainda do que das pessoas da zona Sul. Eu acho que é um pouquinho mais baixo. Mas tá bom, tá bom, tá num nível certo.**

(Diogo, caboverdiano)

– E você nota diferença na maneira que o paraibano fala e que os brasileiros de outros estados falam?

– Sim, assim, no sotaque assim. Tipo, um carioca falando você vê que é carioca.

– E você acha alguma das duas mais bonita ou mais..?

– **Eu gosto da forma como o carioca fala, entendeu? E também a forma como o mineiro fala.**

– **E a que o paraibano fala?**

Aí não gosto não.

– Acha feio?

– Não, tipo, depende do paraibano, entendeu? Tipo, se for universitário já fala melhor. Agora se for paraibano que não estudou, não terminou assim, aí eu não gosto não.

Fala com muita gíria, eu não gosto de muita gíria não.

– E se for um carioca que não estudou? Você já teve a oportunidade de observar isso para saber se você acha bonito ou não?

– Eu também não acho bonito não.

(José, caboverdiano)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa de Santos (2020) indicam haver um processo pouco expressivo de transferência linguística por parte dos guineenses residentes no Brasil, mesmo quando expostos à língua de contato por períodos mais longos. De acordo com a autora, os guineenses com mais de dois anos no Brasil mantiveram o traço característico a um percentual de 86,4%. Tais dados confirmam os encontrados por Silva (2013), que observou que os guineenses são menos suscetíveis ao processo de acomodação, quando comparados aos caboverdianos. Vale destacar que, mesmo havendo um intervalo de sete anos entre as pesquisas, os resultados levam à mesma conclusão.

A pesquisa de Silva (2013) apontou que fatores extralinguísticos tiveram forte influência no processo de acomodação estudado. Estatisticamente, a nacionalidade se mostrou especialmente relevante para o fenômeno, sugerindo a necessidade de ampliar a pesquisa nessa direção. Assim, a parte qualitativa da pesquisa, antes pensada como complementar à parte quantitativa, tornou-se central para compreender o fenômeno da variação, uma vez que aspectos históricos, culturais e identitários são determinantes na relação que os falantes estabelecem com a língua. Por meio da análise das atitudes linguísticas, observamos que os grupos de entrevistados demonstraram ter perspectivas diferentes sobre os usos das línguas e as apreciações que faziam sobre elas.

Observamos, entre os caboverdianos, mais sinais de valorização da língua portuguesa europeia e da norma padrão, o que pode se relacionar com o estilo de colonização no país, mais longo e sistemático, associado ao desempenho de funções administrativas na ilha, bem como à miscigenação ocorrida entre os grupos dominantes e dominados, que pode ter tornado mais intenso o processo de colonização do imaginário, tal como descrito por Quijano (1992).

Por outro lado, em Guiné-Bissau, o processo de colonização não se generalizou, havendo regiões que permaneceram mais preservadas no interior do país, com a permanência de distintos grupos étnicos que mantiveram controle relativo de suas fronteiras identitárias. É possível que as motivações do grupo guineense resultem em atitudes mais afirmativas, fundadas em identidades étnicas mais preservadas, que promovem maior resistência a adaptações e acomodações em situações de contato.

Alguns entrevistados guineenses manifestaram ter consciência de que a língua pode ser um instrumento de dominação cultural. Observamos também certa disposição para um discurso mais afirmativo da língua crioula, sinalizado

por meio de uma postura identitária afirmativa, amparada em afetos e vínculos comunitários e resistente a longos e cruéis processos de dominação. Entre eles, ainda hoje, a questão da identidade nacional comum é controversa (Mourão, 2006). Como expressão dessa questão, em recente entrevista, o Secretário da Cultura da Guiné-Bissau afirmou que luta para que o crioulo guineense se torne a língua oficial, o que pode indicar que os valores afirmativos de uma cultura e língua próprias circulem entre os cidadãos guineenses, em oposição à língua oficial imposta pelo processo de colonização (Embaló, 2020).

Observamos ainda que, quanto aos usos da língua, os caboverdianos parecem enxergá-la de modo mais situacional, pois demonstraram saber manipular as variedades que falam de acordo com o contexto. Isto é, para os guineenses, a língua é principalmente um marcador de identidade, ao passo que para os caboverdianos pode ser pensada como um instrumento de adequação ao contexto. Esse mecanismo de adequação parece se sobrepor ao desejo de falar de acordo com a norma padrão.

Foi curioso observar que, embora os caboverdianos, em comparação com os guineenses, tenham atribuído mais adjetivos positivos ao português europeu, foram os que mais se distanciaram de tal variedade. Com isso, percebemos que múltiplas razões podem afetar o processo de acomodação, sendo necessária uma abordagem multidisciplinar para melhor compreendê-lo.

Pensamos que este estudo trouxe novas questões a serem exploradas, as quais poderão incorporar com mais veemência as dimensões históricas, sociais, políticas e psicológicas, privilegiando, sobretudo, a relação dos falantes com suas próprias memórias, aspectos que foram abordados preliminarmente neste trabalho. Podem ser aprofundadas questões como: quais usos os falantes fazem da língua em diferentes contextos; como comparam as diferentes variedades de português e de crioulo, bem como das línguas africanas; como percebem as histórias de seus países no contexto da colonização e no contexto da globalização. Alguns desses temas foram abordados por alguns entrevistados quando fizemos perguntas sobre as variedades que conheciam, o que nos permitiu fazer a análise que aqui apresentamos. Salientamos, contudo, que essas reflexões têm caráter exploratório e exigem pesquisas posteriores para maior aprofundamento.

5. REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

COUTO, H. H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau – Um país da CPLP. *PAPIA – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, n. 20, 2010.

DIAS, J. B. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 7-27, 2002.

EMBALÓ, A. S. *Secretário da Cultura da Guiné-Bissau quer crioulo guineense como língua oficial*. ONU News, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1705191>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FASOLD, R. W. Language Attitudes. In: FASOLD, R. (ed.). *The sociolinguistics of society*. Oxford: B. Blackwell, 1984. p. 147-179.

FERNÁNDEZ, F. M. *Principios de Sociolingüística y Sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel Lingüística, 1998.

GILES, H.; COUPLAND, N.; COUPLAND, J. Accommodation theory: communication, context, and consequence. In: GILES, H.; COUPLAND, N.; COUPLAND, J. *Contexts of accommodation – Developments in applied sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

INTUMBO, I. *Situação Sociolingüística da Guiné-Bissau*. 2008. Disponível em: http://didinho.org/Arquivo/SIT_LING_GB_Incanha.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOURÃO, D. E. *África “na pasajen” identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas*. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

QUIJANO, A. *Colonialidade e Modernidade/Racionalidade*. 1992. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SANTOS, O. S. A. *A lateral pós-vocálica em coda silábica: um panorama da velarização em contato dialetal*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, P. F. Q. *A lateral pós-vocálica em contato dialetal: um estudo com africanos lusófonos em João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

TABOURET-KELLER, A. Language and Identity. In: COULMAS, F. *The handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997. p. 315-326.

TRUDGILL, P. *Dialects in contact*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.